

**ATA DA NONA REUNIÃO
DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO
DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
30 de junho de 2010**

1 No trigésimo dia do mês de junho de dois mil e dez reuniu-se, em caráter ordinário, para a nona
2 reunião, o Conselho Consultivo e Deliberativo do Conselho Municipal de Desenvolvimento
3 Sustentável – Conselho da Cidade, às oito horas, na Sala de Reuniões da Fundação Ippuj, na
4 sede da Prefeitura, à Avenida Hermann August Lepper, nº 10, bairro Saguazu, em Joinville,
5 Santa Catarina, atendendo à convocação do Presidente do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de
6 Souza, com o objetivo de discutir a seguinte ordem do dia: a) Leitura do edital de convocação; b)
7 Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; c) Projeto de Lei do EIV – Estudo de Impacto de
8 Vizinhança – análise da compilação feita pelo Ippuj com base nas sugestões enviadas pelas
9 Câmaras Setoriais; d) Proposta de alteração de zoneamento; e) Assuntos gerais. No início da
10 reunião o Presidente do Conselho leu o edital de convocação e, tendo sido dispensada a leitura
11 da ata da reunião anterior, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes após
12 breve discussão, e por consenso ficou definido que os conselheiros que desejarem fazer
13 alterações na ata o façam antes da reunião, ou que tragam o texto pronto, com suas sugestões
14 de inclusão, caso não seja possível fazê-lo anteriormente. Em seguida o presidente Luiz Alberto
15 fez uma Introdução sobre o material que seria apresentado sobre o EIV, e o conselheiro Udo
16 Döhler sugeriu que só fossem abordadas as alterações. O arquiteto Murilo Teixeira Carvalho, da
17 Fundação Ippuj, apresentou um comparativo de como seria o EIV de acordo com a proposta do
18 IPPUJ e de como ficaria com a proposta de redução em cinquenta por cento, citando exemplos
19 dos tipos de empreendimento que entrariam no EIV. Luiz Alberto comentou que Joinville seria a
20 primeira cidade a regulamentar loteamentos, e em seguida colocou em discussão a sugestão de
21 redução em cinquenta por cento dos critérios para necessidade do estudo de impacto de
22 vizinhança. O conselheiro Mário Cezar Aguiar disse que o assunto é muito importante e deveria
23 voltar para as Câmaras, pois hoje há mais elementos para analisar a questão, e disse considerar
24 temeroso decidir nessa reunião sem um estudo mais profundo. Disse que gostaria de discutir na
25 sua câmara e na sua entidade. O conselheiro Udo Döhler, por sua vez, disse que o risco menor
26 seria manter o parâmetro sugerido pelo Ippuj, pois os loteamentos já são devidamente
27 disciplinados por outras leis. O conselheiro Marcos Rodolfo Schoene manifestou seu interesse
28 em saber que medidas serão tomadas quanto aos impactos que forem definidos pelo EIV. O
29 conselheiro Gilberto Gayer falou que o EIV é muito importante para o planejamento e para a
30 consciência cidadã, e não pode ser banalizado. Disse que há certo truncamento e subjetividade,
31 que tirar cinquenta por cento seria mais subjetivo ainda, e que deveríamos nos balizar por
32 exemplos de cidades semelhantes. A conselheira Rosana Barreto Martins comentou que o fluxo
33 viário e o bioclimatismo urbano são sempre esquecidos, citou o problema da Rua Expedicionário
34 Holz, e perguntou como o Poder Público resolverá a questão. O conselheiro Lenin Peña
35 comentou que o Congresso Nacional está para inserir no artigo sexto da Constituição Federal,
36 os direitos essenciais da busca da felicidade. Para Lenin o EIV tem tudo a ver com isso, pois a
37 forma como a cidade se organiza espacialmente influencia a forma de viver dos cidadãos. Disse
38 ainda que precisamos estar inter e intradisciplinarmente contextualizados para pensar com
39 propriedade nos parâmetros de inovação e desenvolvimento, e que o Conselho Consultivo e as
40 Câmaras têm aptidão para diagnosticar o êxito. Disse que temos que pensar o “como” a
41 sociedade vai morar nesse lugar, e sobre a saúde ambiental e garantia de qualidade de vida da
42 sociedade, e falou que só temos como suporte a determinação do impacto ambiental. Udo
43 Döhler sugeriu que seja acolhida a proposta inicial do Ippuj, que teve por base o que há em
44 cidades semelhantes à nossa e, se necessário, as mudanças necessárias sejam feitas
45 posteriormente. O conselheiro Gilberto Pires Gayer comentou sobre a importância de que haja

46 envolvimento de todos os setores que podem contribuir para a avaliação do impacto,
47 considerando as resoluções do Consema e envolvendo a Comissão de Parcelamento do Solo,
48 Ippuj, Seinfra, para citar alguns exemplos. O conselheiro Marcos Schoene comentou que a
49 Fundema é o único órgão que pode fazer análise nos impactos ambientais, mas não tem
50 condições técnicas de analisar impactos no sistema viário. Luiz Alberto lembrou que um só
51 instrumento não vai contemplar todos os problemas, e pediu celeridade na regulamentação do
52 Plano Diretor, lembrando que é na Lei de Uso e Ocupação do Solo que será feita a vinculação
53 do uso ao terreno, e que o EIV não é territorializado. Disse que a cidade de Joinville precisa
54 estruturar-se, como todas as outras em ritmo de crescimento, e que os desafios necessitam de
55 um gerenciamento econômico, ambiental, social, cultural e urbanístico, e isso não se dá só por
56 um conjunto de leis. Disse que vamos mudar a cidade a partir de mudanças sociais, e as
57 pessoas vão ter que buscar suas alternativas, como por exemplo no sistema transporte. Luiz
58 Alberto disse que precisamos do EIV. Comentou que há estudos para se implantar grandes
59 condomínios em Joinville. Talvez o EIV não seja perfeito nessa sua forma inicial, mas nós
60 precisamos de um instrumento para os grandes “peixes”, porque hoje a prefeitura não tem como
61 exigir compensação para impactos negativos. Disse que temos que encaminhar esse Projeto
62 para a Câmara de Vereadores, porque os projetos estão vindo. O conselheiro Ivandro disse que
63 a cidade precisa antes decidir se deseja ou não esses grandes empreendimentos, e perguntou
64 se não seria melhor ocupar os vazios urbanos primeiro, mencionando a existência de muitos
65 terrenos baldios onde já há toda a infraestrutura. O conselheiro Lenin Peña falou que todo
66 empreendimento deve ter uma garantia de infraestrutura para que tenha êxito junto à população,
67 e que a política preventiva é necessária. Disse que o EIV é dinâmico, não estático, e exige
68 prevenção, mitigação e adaptação. Para o conselheiro Marcos Schoene os grandes
69 empreendimentos não preocupam, e sim o dia a dia na zona central, em suas palavras “o olho
70 do furacão”, para o qual estão para sair empreendimentos com quatro vagas de garagem por
71 apartamento, por exemplo, e que estamos indo por um caminho sem volta. O presidente Luiz
72 Alberto esclareceu que essa é uma questão que deve ser tratada na lei de ordenamento
73 territorial. Murilo Teixeira comentou que o EIV é um instrumento novo, que pode ser
74 aperfeiçoado com o tempo, e que é melhor incluir do que retirar algo da lei. O conselheiro Mário
75 Aguiar sugeriu que se aprove a lei menos restritiva e que o material seja enviado às Câmaras
76 Comunitárias para que avaliem e tragam suas sugestões com o tempo. Luiz Alberto colocou em
77 votação a aprovação do projeto de lei sem a redução de cinquenta por cento, e os conselheiros
78 aprovaram por unanimidade, onze votos a favor. Ficou definido que a Fundação Ippuj deverá
79 enviar para as Câmaras a compilação com os estudos complementares, e o conselheiro Marcos
80 Schoene colocou à disposição material que possui sobre o EIV de duas outras cidades.
81 Passando para o próximo item da pauta, a proposta de alteração de zoneamento, o presidente
82 lembrou aos conselheiros que mudanças de zoneamento devem ser trazidas para o Conselho da
83 Cidade, e feitas de preferência na nova Lei de Zoneamento. Explicou que a empresa Perini
84 Business Park procurou o Ippuj para verificar a possibilidade da instalação de um *callcenter*, e o
85 Ippuj considerou que essa atividade não deve causar impacto, e considera que dentro de
86 condomínios empresariais deveriam ser permitidos usos como este em questão e ainda creches,
87 academias, salões de beleza e bancos, pois isso reduziria o uso de automóveis principalmente
88 em horários de pico. A conselheira Maria Salete manifestou sua preocupação de que isso
89 poderia gerar o risco de criar uma cidade com vida própria e independente, como “uma ilha”.
90 Luiz Alberto disse que essa questão foi levada em conta, que essa é uma questão conceitual, e
91 que nesse caso específico os benefícios serão maiores. Disse que temos que rediscutir a cidade
92 inteira, e que temos um certo entravamento de minúcias. O conselheiro Ariel Pizzolatti explicou
93 que esse caso é pontual, para atender a uma especificidade, e ninguém esconde isso. O
94 conselheiro Ivandro manifestou sua preocupação quanto ao que poderia ocorrer, se essa
95 alteração for aprovada, quando houver uma discussão mais ampla e se decidir pelo contrário.
96 Luiz Alberto comentou que os vereadores fizeram uma visita ao condomínio. Arno Kumlehn
97 comentou que a alteração será em dois setores, o que foi ratificado pelo arquiteto Gilberto ao
98 explicar que essa não é uma lei dirigida apenas ao Perini, mas aos condomínios industriais em



99 geral. O conselheiro Lenin Peña comentou que na década de setenta as empresas eram mais
100 humanas, tinham serviços dentro das fábricas, como supermercados e campos esportivos, entre
101 outros, mas que isso hoje está cada vez menos presente. O conselheiro Udo Döhler comentou
102 que essa proposta de alteração é fruto de uma ação política, e Luiz Alberto comentou que
103 primeiro procuraram o Ippuj e depois a Câmara de Vereadores, e que essas duas arestas já
104 foram aparadas, faltando ainda o parecer do Conselho da cidade. Disse que a questão é
105 polêmica, mas deseja avançar no pensamento da cidade como um organismo vivo que tem que
106 viver, e viver bem. O presidente colocou em seguida a votação da alteração do anexo quarto da
107 Lei Complementar 312/2010, Lei de Uso e Ocupação do Solo, e dez conselheiros votaram a
108 favor. Em assuntos gerais, o Presidente do Conselho da Cidade comentou sobre a dinâmica das
109 Câmaras Comunitárias, a frequência dos conselheiros, as pautas, a autonomia de algumas
110 câmaras e a necessidade de fomento de pauta em outras, e pediu a colaboração dos
111 conselheiros para que pensem em formas de revitalizar as Câmaras. Lembrou que esse
112 Conselho representa a cidade, e que não é do Ippuj, e deve ter uma agenda positiva. Disse que
113 enviará um *e-mail* para todos os membros do Conselho da Cidade, e será feita uma chamada
114 pública quanto as ausências. O conselheiro Lenin Peña disse que o Poder Público deve estar
115 presente e de braços dados com a comunidade. Disse que estamos aqui para discutir melhorias
116 para a cidade, com pessoas simples e idealistas, e espera ajudar a construir uma identidade
117 nacional. Lenin pediu que a Secretaria Executiva digitalize e encaminhe a todos os membros do
118 Conselho da Cidade o material que trouxe sobre moradia digna. Em seguida o conselheiro
119 Ivandro de Souza teceu comentários sobre o Fórum de Urbanismo, e lembrou que “não adianta
120 fazer mais da mesma forma: é necessário criar modelos diferentes.” Disse que não se pode
121 jogar no lixo o que já foi feito, que estamos vivendo um dos melhores momentos da economia do
122 Brasil, e que temos a oportunidade de transformar essa cidade na melhor cidade para se viver.
123 Manifestou seu desejo de parar a cidade para pensar. Disse que estamos caminhando para o
124 caos nesse modelo, que temos condições de promover um grande desenvolvimento econômico,
125 e que Joinville tem solução para a saúde e a educação, por exemplo. Disse que o tempo
126 mostrará o que não se discutiu profundamente, e que não estamos corrigindo a rota, mas
127 tapando buracos. Com relação à lei do EIV, Ivandro propôs que junto com a lei seja estabelecido
128 um prazo para a Prefeitura analisar o processo. Disse que a cidade precisa acelerar, e o ser
129 humano precisa ser o principal ator. O conselheiro Rodrigo Thomazi disse que a SIDE está
130 engajada nesse processo, e a desburocratização está acontecendo, citando o Programa
131 Joinville Ágil. O conselheiro Lenin comentou que ouviu críticas ao Plano Diretor pelo urbanista
132 que fez o plano anterior, que não tinha nenhuma previsão real de futuro. Lembrou que mais de
133 uma vez houve tentativa de destruir o atual Plano Diretor, mas em sua opinião o Plano Diretor de
134 Joinville é um dos melhores do País, pois considera o ser humano, e atende ao princípio do caos
135 e da complexidade, principalmente por estar elaborado com a visão holística, sistêmica e
136 ecológica; na área de promoção social o Plano Diretor se atém aos reais conceitos e valores de
137 saúde, considerando que a saúde é um “estado de completo bem estar físico, mental e social, e
138 não meramente a ausência de doenças ou enfermidades,” conforme preâmbulo do Estatuto da
139 Organização Mundial da Saúde, e também a educação está fundamentada em princípios
140 quânticos. Lenin afirmou que fez esses comentários na qualidade de membro da Sociedade
141 Interamericana de Planejamento e de Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento (Santa
142 Catarina), e com base em sua experiência de planejador em nível mundial. O conselheiro Udo
143 Döhler reforçou que a função do Conselho da Cidade é contribuir na função macro da cidade, e
144 disse considerar que a questão do Perini não é matéria para o conselho, e quanto mais
145 detalharmos mais tempo perdemos. Luiz Alberto disse que estamos mudando a cidade, e que
146 Joinville tem sido exemplo para outras cidades que nem conseguiram ainda montar seu
147 Conselho da Cidade. Disse que nas reuniões do Orçamento Participativo percebe-se as
148 mudanças. Disse ainda que, quanto aos assuntos que merecem ser tratados aqui, há um trato
149 de que não realizaríamos alterações sem antes vir para o Conselho da Cidade, e que enquanto
150 esse pacto não mudar e a cidade não for discutida por inteiro, queremos trazer a discussão para
151 essa instância democrática. Comunicou ainda que a Fundação Ippuj notificou todas as



152 secretarias, lembrando que o Plano Diretor não é do IPPUJ, e sim da Cidade, e perguntando o
153 que cada secretaria está fazendo para cumprir as diretrizes desse Plano Diretor. Nada mais
154 havendo a tratar, às dez horas e dez minutos o presidente deu por encerrada a reunião. Eu,
155 Patrícia Rathunde Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, secretariei a reunião e
156 lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim e pelos
157 conselheiros presentes. Joinville, trinta de junho de dois mil e dez.

Luiz Alberto de Souza
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

Presidência		Luiz Alberto de Souza - Fundação IPPUJ			
Grupo de Trabalho	CÂMARA	PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
		TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
GT 1	Câmara Comunitária de Promoção Econômica	- ausente - Maria Ivonete Peixer da Silva GP	Alsione Gomes de Oliveira Filho SH	Mário Cezar Aguiar ACIJ	- ausente - Gean Marcos Dombroski Corrêa Instituto AJORPEME
GT 2	Câmara Comunitária de Promoção Social	- ausente - Silvestre Ferreira FCJ	- ausente - Maria Teresa Soares SAS	Lenin Peña IDS	- ausente - Eduardo Miers CEAJ
GT 3	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Natural	Marcos Rodolfo Schoene FUNDEMA	- ausente - Marcos Aurélio Fernandes SE	Maria Salete Rodrigues Pacheco AJORPEME	- ausente - Andrea Knabem AMABA
GT 4	Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído	Gilberto Pires Gayer FUNDEMA	- ausente - Nilzete Farias Hoenicke IPPUJ	Ivandro de Souza Instituto Joinville	Rosana Barreto Martins CEAJ
GT 5	Câmara Comunitária de Integração Regional	- ausente - Eduardo Dalbosco SEPLAN	Rodrigo Fallgatter Thomazi SIDE	Udo Döhler ACIJ	- ausente - Roque Antônio Mattei Instituto Joinville
GT 6	Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento Territorial	Ariel Arno Pizzolatti SEINFRA	- ausente - Fabiano Lopes de Souza SRVN	- ausente - Jorge Arnaldo Laureano SECOVI	- ausente - Henrique Chiste Neto AJECI
GT 7	Câmara Comunitária de Mobilidade e Acessibilidade	- ausente - Eduardo Bartniak Filho CONURB	- ausente - Sérgio Luiz Ceslestino da Silva SAS	Emerson Siqueira AJECI	- ausente - Vanderlei Pedro Quintino CEPE

Joinville, 30 de junho de 2010